

# Sumário

<b>Lista de Abreviaturas e Siglas</b> .....	XIII
<b>Prefácio</b> .....	XV
<b>Apresentação</b> .....	XVII
<b>1. Introdução</b> .....	1
<b>2. <i>Lawfare</i>: Origem Doutrinária. Autoritarismo e Estado de Exceção na Racionalidade Neoliberal. Práticas de <i>Lawfare</i> Implementadas na América Latina:</b> .....	23
2.1. A primeira citação doutrinária à terminologia ‘ <i>Lawfare</i> ’, seu contexto e seu significado. ....	23
2.2. Racionalidade Liberal e autoritarismo. ....	29
2.3. O modus operandi de instauração de práticas instrumentalizadoras de <i>Lawfare</i> na América Latina:.....	36
2.4. <i>Lawfare</i> como instrumento de apropriação indevida de instrumentos democráticos com fins políticos alheios ao interesse público:.....	49
<b>3. O Estado Sancionador sob as Lentes da Improbidade Administrativa:</b> .....	51
3.1. O Direito Público Sancionador .....	51
3.2. O Direito Público Sancionador no Brasil e o surgimento da Lei de Improbidade .....	53
3.2.1. Breve histórico da legislação de improbidade administrativa no Brasil.....	53
3.2.2. Definição de Improbidade Administrativa.....	56

3.2.3. Breve histórico da legislação de improbidade administrativa no Brasil. Os Principais Problemas na Aplicação na Lei de Improbidade Administrativa antes da alteração de Outubro de 2021. Os tipos abertos da Lei nº 8.429/92. A “indistinção” do status de gravidade entre o dolo e a culpa .....	69
3.3. As Disfunções do Direito Público Sancionador nas Ações de Improbidade:.....	86
3.3.1. A problemática da Lei de Improbidade Administrativa (Lei nº 8.429/92).....	89
3.3.2. As consequências negativas dessas disfuncionalidades da Lei n.º 8.429/92: .....	96
3.4. As alterações da Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro ocorridas em 2018 e chanceladas agora pelas alterações sofridas pela Lei de Improbidade Administrativa em 2021. Distinção entre erro e culpa. Luzes no fim do túnel:.....	100
3.5. O ilegal e ilegítimo cerco à advocacia pública como instrumento de <i>Lawfare</i> – a flagrante anomalia desse uso e os reflexos sobre toda a máquina pública: .....	107
<b>4. Estudo de caso. Ação Civil Pública. Discordância do órgão controlador com as políticas públicas desenvolvidas pelas autoridades constituídas. Ação Civil por ato de Improbidade Administrativa conexa. Modus Operandi. Resultados. <i>Lawfare</i> (?): .....</b>	<b>129</b>
4.1. Breve contextualização dos fatos: .....	129
4.2. A Ação Civil Pública nº 0002798-88.2012.4.02.5118/RJ: .....	132
4.3. A Ação Civil por Ato de Improbidade Administrativa nº 0002799-73.2012.4.02.5118/RJ: .....	142

4.4. Questionamentos que podem ser feitos diante da visão sistemática dos feitos judiciais citados:.....	147
4.5. Considerações finais deste capítulo: .....	150
<b>5. A Lei de Abuso de Autoridade como Instrumento</b>	
<b>Inibitório de <i>Lawfare</i>: .....</b>	<b>157</b>
5.1. O Conceito de Abuso de Poder e seu perfeito encaixe às práticas de <i>Lawfare</i> : .....	157
5.2. A evolução da legislação penal brasileira acerca do Abuso de Autoridade:.....	163
5.3. O Processo Legislativo e a entrada em vigência da nova Lei de Abuso de Autoridade: .....	165
5.4. A imediata reação de entidades de Classe perante o Supremo Tribunal Federal:.....	166
5.4. A ampliação do alcance da nova lei, seus tipos penais e sua efetividade. Vedação legal de criminalização da hermenêutica. Tipos penais aplicáveis às práticas de <i>Lawfare</i> :.....	170
<b>6. Conclusão .....</b>	<b>191</b>
<b>Posfácio .....</b>	<b>199</b>
<b>Referências Bibliográficas .....</b>	<b>201</b>